



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Processo nº 0147.001.0006524

Requerente: Vereadora Imília de Souza

Súmula: Projeto de Lei: que "Institui a Semana Municipal do Rock no Município de Sapucaia do Sul"

[SIC]

RELATÓRIO

Versa o expediente sobre proposição de autoria de vereadora com assento nesta Casa Legislativa, que "institui a Semana Municipal do Rock no Município de Sapucaia do Sul". Vem o expediente instruído com mensagem justificativa e projeto de lei anexo.

PARECER

A proposição contida nos autos tem objeto idêntico àquela protocolada pelo Vereador Marco Antônio da Rosa em 29/11/2017, por ocasião do expediente administrativo nº 0147.001.0006381. A data de protocolo do processo legislativo ora em análise é 23/01/2018, portanto, posterior.

A duplicidade de proposições é regulamentada pelo Regimento Interno da seguinte forma:

Art. 116- Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou Comissão, feito ao Presidente da Câmara, ou por seu intermédio, sobre assunto do expediente ou da ordem do dia, ou de interesse pessoal do Vereador.

(...)

§ 3º- Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que versem sobre:

(...)

IX - anexação de proposições com objeto idêntico;

(...)

Art. 133- Discussão é o debate pelo Plenário de proposição constante na ordem do dia.

Parágrafo único. O presidente declarará prejudicada a discussão:

I - de qualquer projeto com objeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado antes, ou rejeitado na mesma sessão legislativa, excetuando-se, nesta última hipótese, aprovação de proposta de retoma apresentado pela maioria absoluta dos membros do Legislativo;



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Ou seja, o projeto com objeto idêntico a outro que lhe preceda primeiramente, deve ser anexado ao primeiro. Tal ato deve se dar via requerimento, que poderá ser originado de qualquer membro da edilidade, incluindo a própria presidência, inexistindo outra previsão específica. Em ato subsequente, caso um dos projetos seja aprovado ou rejeitado, a discussão do outro restará automaticamente prejudicada, situação que deve ser declarada pelo presidente da Câmara. Em seguida, deverá o último projeto na ordem de inclusão em pauta ser encaminhado ao arquivamento.

Dito isto, passamos à análise do mérito.

A instituição de datas comemorativas se insere, a princípio, na parte da Lei Orgânica Municipal, que dispõe:

Art. 7º Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

XXXIV - dispor sobre espetáculos e diversões públicas;

Já a competência da Câmara Municipal para iniciativa de projetos sobre a matéria é fixada pela LOM:

Art. 36. Compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias da competência do Município, (...).
Grifamos.

O "Calendário Oficial do Município", à primeira vista, não se situa fora da esfera de atuação do Poder Legislativo, considerando que a regulamentação da competência legislativa a nível municipal (Lei Orgânica) não contém nenhuma disposição que reserve privativamente ao Poder Executivo a iniciativa sobre fixação de datas comemorativas municipais. Requisito, nesse aspecto, apenas que o ato se dê com a sanção do Prefeito. Merece registro, por outro lado, que em pesquisa junto ao sítio oficial do município de Sapucaia do Sul na internet, as referências aos



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



termos "calendário oficial" encontradas são basicamente leis que incluem ~~datas no~~ calendário oficial e um decreto que estabelecia o calendário de eventos para o ano de 2006. Não encontramos nenhuma lei que diga respeito à existência de um calendário oficial. Tal informação também não consta dos autos, ou da mensagem justificativa.

Ao quanto compete nossa manifestação técnica, cumpre registrar também o fato que *a criação de atribuições e serviços a serem executados pela Administração Municipal caracteriza vício de iniciativa*. Nesse sentido:

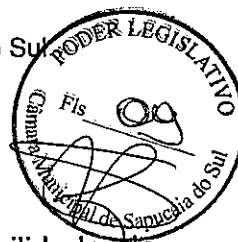
Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE PELOTAS. LEI MUNICIPAL N.º 6.019/2013 QUE INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO AS FESTAS DE IEMANJÁ E NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES. Constitui-se em vício de iniciativa a promulgação, pelo Poder Legislativo de Lei Municipal que, **ao incluir no calendário oficial de eventos do município as festas de Iemanjá e de Nossa Senhora dos Navegantes, interfere na organização de órgãos da Administração Pública, matéria reservada ao Chefe do Poder Executivo; bem como origina despesas não previstas na lei de diretrizes orçamentárias, com a criação de atribuições e serviços a serem executados pela Administração Municipal.** Afronta ao artigo 8º, artigo 10, artigo 60, inciso II, alínea "d", artigo 61, incisos I e II, artigo 82, incisos III e VII, artigo 149, incisos I, II e III, bem como ao artigo 154, incisos I e II, todos da Constituição Estadual. JULGARAM PROCEDENTE. UNÂNIME (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70057519886, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 06/10/2014).

Nesta linha de raciocínio, o entendimento que nos parece mais adequado como "limite extremo da possibilidade de iniciativa parlamentar no que se refere a datas comemorativas", considerando a previsão na Lei Orgânica Municipal quanto à possibilidade de a Câmara de Vereadores dispor sobre todas as matérias da competência municipal com a sanção do prefeito (art. 36 da LOM), vai ao sentido que **o Legislativo poderá instituir data comemorativa no calendário oficial, desde que o prefeito sancione a proposição. Mas: o Legislativo pode fazer tão somente isso, não poderão constar do projeto quaisquer disposições que criem atribuições e serviços a serem executados pela Administração Municipal.** Ao quanto se observa do projeto de lei anexo, tal limite foi respeitado.



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



No mais, o artigo 4º do projeto em apreço, que prevê possibilidade de eventuais despesas que decorram da execução do projeto é inconstitucional, ante a iniciativa privativa do prefeito para legislação que comprometa despesas ou destine receitas do Município (art. 55, IV da LOM), e registramos ainda a ocorrência de erro material por ocasião do art. 3º, eis que dispõe sobre a inclusão da data em questão no calendário oficial *do município de Osasco/SP*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, com as informações que julgamos pertinentes, encaminhamos o projeto ao prosseguimento na sua tramitação regimental. À análise superior, para as devidas providências, e com a aprovação, encaminhe-se o expediente à Diretoria Legislativa para as diligências cabíveis.

Sapucaia do Sul, 23 de fevereiro de 2017


Pablo José Camboim de Souza
OAB/RS 50.493
Matrícula 881

Aprovo .


João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257